

# Para Vidigal, faltou garantia de que não ocorrerá outra máxi

Antes da reunião telefônica do Conselho Monetário Nacional, quinta-feira, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e representante da iniciativa privada no CMN, lamentava a falta de seriedade do governo ao tratar a questão dos juros e reivindicava uma medida inadiável para atenuar o efeito da maxidesvalorização, principalmente sobre a pequena e média empresa endividada em moeda estrangeira, além da garantia que não haveria outra máxi. Por isso, deu seu voto a favor da solução encontrada de refinanciamento da diferença da máxi em empréstimos externos, mas acha que algo mais deveria ser feito.

Coerente com a posição que vem defendendo, Vidigal manifestou-se contrário ao tabelamento de juros, que considera utopia, tapeação ou engodo, porque o sistema financeiro sempre encontrará outras fórmulas para compensar, como exigência de saldo médio. "Tabelamento é medida artificial e ineficiente, já que os bancos podem tranquilamente buscar outras fórmulas. Daí defendo a liberação do limite quantitativo do crédito, que restabelece a concorrência entre os bancos; a garantia para o tomador em moeda estrangeira de que não haverá outra máxi, porque é a única forma de estimulá-lo a buscar a oferta existente; e autocontrole do governo nos rendimentos dos títulos públicos, porque ninguém aplicará em outro título se o open e overnigh't renderem mais."

Vidigal insistia ainda que a taxa de juros atual é absolutamente insustentável não só para a indústria, mas para a economia como um todo. Nesse sentido, disse ontem que a expectativa da Fiesp era de que os juros baixassem para entre 15 e 16% e com as medidas adotadas pelo CMN devem cair para algo em torno de 20%, o que já traz certo alívio. A Fiesp, porém, continua pleiteando que o empréstimo para a pequena e média empresa não tenha o encargo do IOF, e seu presidente também acha que deveria ter sido dado um prazo maior de carência. O que foi feito, no entanto, já é mais da metade do que a Fiesp vem reivindicando e Vidigal reconhece que "mais do que isso, no atual momento, seria o mesmo que acreditar em Papai Noel".

## FRANCINI

O conjunto de medidas adotadas pelo governo para baixar os juros representa, pelo menos, uma ação contra o imobilismo, na opinião do diretor de Departamento de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Francini. O mais animador, em sua opinião, é que finalmente o governo moveu-se e está na direção certa, pois as medidas deverão refletir sobre as taxas de juros, que têm que cair para algo em torno de 20%. "Dizem que a taxa está em 30%, mas eu tenho constatado ao redor de 40 e 45%. Por isso, se essa ação do governo não for suficiente para baixá-las é preciso fazer mais coisa. Não se pode abandonar o doente depois de alguns remédios", alertou.

As determinações têm, segundo ele, efeito claro sobre os juros, devendo reanimar os empréstimos externos, circular a Resolução N° 63, dimi-

nuindo a pressão sobre os recursos internos. Apesar de a Fiesp reivindicar que os empréstimos em moeda estrangeira fossem liquidados em ORTN, Francini acredita que a fórmula encontrada pelo governo para promover a reativação desses empréstimos também terá bom resultado. "Nós defendíamos uma maneira diferente, que o tomador tivesse opção em ORTN, mas o que veio é garantia que ele pagará com ORTN", salientou ao se referir à orientação de que a correção cambial e monetária sejam iguais ao Índice Geral de Preços.

Quanto aos juros fixados em 12% mais correção monetária para pequena e média empresa, quando refinanciarem a diferença de maxidesvalorização, Francini disse que a expectativa era maior, porque achava que essa diferença não deveria caber à empresa e ela acabou sendo financiada. "Entre o nada e isso, já é alguma coisa porque quem mais precisa é a pequena e média empresa". Além disso, Francini acha que a expansão dos limites do crédito passará a ter padrões mais flexíveis, mesmo porque o refinanciamento da máxi entra como extra-limite. Mas quanto à obrigatoriedade dos bancos publicarem suas taxas, ele acha que é preciso fiscalizar as possíveis "acrobacias" e punir quando o "jogo não for honesto", e o maior exemplo deve ser dado pelos bancos oficiais.

Todas essas medidas, na opinião do empresário, são o preço que o governo está pagando pela não credibilidade, porque "tempos atrás o governo não precisava tomar medidas oficiais para que a ORTN caminhasse junto com a correção cambial, bastava dizer".

## MEDEIROS

Já o presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem, Luís Américo Medeiros, está pouco otimista. Ele não acredita que as medidas trarão resultados positivos e reflexo imediato. "Demoraram demais para vir e não são o que nós esperávamos. Acho que ficará muito tarde porque até surtirem efeito muitas empresas não aguentarão".

Medeiros disse que deveriam ser adotadas medidas mais drásticas porque o problema é urgente: "Estão vendendo contratos de 63 e os bancos não querem refinanciar. O governo deveria obrigar o refinanciamento, sem burocracias e com alcance imediato", concluiu.

O vice-presidente da Fiesp é ainda mais pessimista quanto às medidas que, em sua opinião, apenas tentam restabelecer a credibilidade. "Quem me garante que se amanhã não tiver necessidade de uma nova máxi o governo não irá subir a correção monetária? Uma simples resolução do Banco Central não me dá garantia de que as medidas irão perdurar e um exemplo é o da ORTN com correção cambial que mudou três vezes". Assim, segundo ele, o problema ainda é de credibilidade nos gestores da economia e isso não se restabelece com resoluções. "É mais importante a sobrevivência da Nação do que a permanência política de determinadas pessoas."

Ele também não acredita que as medidas irão reduzir de forma substancial a taxa de juros, que deveria baixar 10 a 15%, mas que não deverá ir além de 3%.